

SINALIZANDO

Nº 7 • jul 2024

Revista digital do SINAL

MINISTÉRIO DA GESTÃO
E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
E ORGANIZAÇÃO

K

CATEGORIA AVANÇA

Primeiro semestre de 2024 consolida importantes vitórias

SINAL
Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central



Sumário

👉 *Clique nos títulos para ler as matérias na íntegra.*



Primeiro semestre de 2024 é marcado por avanços em diversas frentes



Mobilização e falta de acordo freiam tentativa de transformar BC em empresa pública



PEC 65/2023: riscos e implicações



Pleitos da categoria não constam na agenda de fim de mandato de Campos Neto



Parceria com outras representações garante êxito em temas de interesse do funcionalismo



REPRESENTAÇÃO

Primeiro semestre de 2024 é marcado por avanços em diversas frentes

O primeiro semestre de 2024, apesar das já conhecidas intempéries - como a permanente ameaça da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023 -, foi marcado pela consolidação de importantes avanços para os servidores do Banco Central do Brasil. As conquistas angariadas no período evidenciam a importância de uma representação forte, contando com o respaldo da mobilização do corpo funcional da Autarquia.

Em 26 de abril, após um longo período de luta, o SINAL firmou acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no âmbito da mesa específica, que assegurou, dentre outros pontos: reajustes de até 23% nos subsídios, com parcelas a serem implementadas em 2025 e 2026; a mudança de nomenclatura do cargo de Analista, para Auditor; e a fixação de prerrogativas para o melhor exercício das atribuições dos servidores. No mesmo termo - um dos mais vantajosos dentre todas as carreiras do Executivo federal - também foi garantido reajuste para os celetistas reintegrados

No que se refere à luta pela valorização da carreira, os servidores do BC estiveram na vanguarda ao longo dos, pelo menos, dois últimos anos, com uma massiva operação padrão e com paralisa-

ções e greves que estamparam, em vários momentos, as páginas principais de veículos da grande imprensa. O movimento reivindicatório possibilitou que os Especialistas fossem uma das primeiras carreiras a firmarem acordo com o governo federal. O endosso ao termo, em abril, porém, não encerrou a articulação em prol da pauta reivindicatória, que conta, dentre os itens ainda em aberto, por exemplo, com a busca pelo nível superior para os Técnicos.

A atuação junto ao Executivo, desta vez em parceria com as demais afiliadas ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), resultou também no reajuste dos benefícios do funcionalismo (auxílios alimentação e creche). Pago a partir de junho, o auxílio-alimentação passou a ter o valor de R\$ 1.000,00. As entidades pleiteiam agora a equiparação das tabelas com os demais Poderes da República até 2026. Nesta edição você encontra mais detalhes sobre outros avanços obtidos pela parceria do SINAL com outras representações da classe.

Importantes passos foram dados também na esfera do Judiciário. Após a vitória na ação judicial que trata da incorporação de quintos e décimos, o departamento jurídico do Sindicato trabalha para garantir um desfecho célere. O SINAL adotou os procedimentos necessários ao envio imediato ao BC das planilhas de cálculo que instruem as execuções, para manifestação da Autarquia conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ainda no Judiciário, recentemente, o Sindicato oportunizou aos filiados o ingresso em ação de cumprimento de sentença referente aos 28,86%. O pleito tem como pano de fundo o êxito de Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal.

O Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC) também segue na agenda prioritária, e o acompanhamento de perto e reiteradas cobranças do SINAL surtiram efeitos positivos, facilitando o dia a dia dos beneficiários. Um exemplo das melhorias foi a dispensa de autorizações prévias para tomografias computadorizadas médicas, ressonâncias magnéticas e exames que utilizam doppler.

O trabalho desempenhado, além dos bons resultados mencionados acima, se reflete no incremento do quadro de filiados, que hoje conta com mais de 5.200 servidores ativos, aposentados e pensionistas de todo o país. O número se mostra ainda mais positivo em face do cenário adverso para a classe nos últimos anos e da tendência de queda generalizada na adesão às entidades representativas. Dados da PNAD Contínua (IBGE) de 2022 apontaram um decréscimo de 8,1% no quantitativo de filiações na administração pública em relação ao ano de 2012.

O SINAL segue atuando de maneira firme, em linha com as deliberações da categoria, pela valorização dos servidores do Banco Central do Brasil e por um serviço público à altura da crescente demanda social.



Mobilização e falta de acordo freiam tentativa de transformar BC em empresa pública

Contrariando os prognósticos iniciais de seus artífices e principais defensores, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que dispõe sobre a independência do Banco Central do Brasil, adentrou o período de recesso parlamentar no aguardo de deliberação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. Oito meses após seu repentino e ruidoso surgimento, a matéria segue em compasso de espera.

Os primeiros rumores, lançados ainda em 2023, e que encontraram eco em parte do corpo funcional da Autarquia, davam conta de que a PEC poderia ser promulgada ainda no primeiro semestre de 2024. Outro discurso que se mostrou equivocado no decurso do tempo dizia respeito a uma suposta anuência do governo aos termos da proposta em tela. Ao cabo da primeira etapa da atual sessão legislativa ficou claro que a falta de consentimento justamente das lideranças governistas é um dos principais impeditivos ao avanço do projeto.

O aspecto de maior impasse é a previsão de transformação do BC em uma empresa pública, ponto sobre o qual se tenta um acordo para que seja suprimido do texto, e que ensejou

o adiamento da votação do relatório do senador Plínio Valério (PSDB/AM), prevista para o último dia 17 de julho. Na avaliação da assessoria parlamentar do SINAL, a efetivação de um pacto entre as partes divergentes não será tarefa fácil e, mesmo que seja aprovada na CCJ, a matéria não deve avançar pela Casa sem que haja uma maioria consistente de parlamentares favoráveis. Outro elemento que pode causar embaraço à tramitação são as eleições municipais de outubro, que, já a partir de agosto, dominarão a agenda política do país.

Fato é que o Sindicato, com base na decisão majoritária da categoria emanada por meio de votação eletrônica, se posicionou firmemente contra PEC 65/2023, dando curso, no período, a uma série de iniciativas, desde a produção de notas técnicas e visita a todos os gabinetes do Senado Federal, até a realização de ato público e a veiculação, nas diferentes mídias, de uma campanha pela rejeição da proposta. Para conferir todos os materiais, acesse nosso [hotsite especial](#), clicando **aqui**.

Nas repetidas incursões ao Senado Federal, a delegação do SINAL, que contou com a participação de representantes de todas as praças, levou aos congressistas e suas respectivas assessorias o alerta sobre os riscos decorrentes da matéria, em especial a tentativa de mudança do regime jurídico da Autoridade Monetária. Nos diálogos, o Sindicato também deixou clara a insatisfação do corpo funcional do BC com a matéria - sobre a qual não foi promovido no âmbito da Autarquia nenhum debate prévio à sua apresentação no Legislativo - e salientou que tema de tamanha magnitude e relevância para o país não pode ser conduzido de maneira açodada ou aos atropelos, como pretendem seus apoiadores.

O SINAL ainda ressaltou sua posição favorável a um BC autônomo, mas não nos termos trazidos pela proposta em tela, principalmente a preço da transformação em empresa pública e de suas repercussões danosas, como a fragilização do regime de contratação de servidores, terceirização de alguns serviços e impactos sobre as prerrogativas da categoria.



As inconsistências da PEC 65/2023 ficaram ainda mais patentes durante audiência pública realizada pela CCJ, em 18 de junho. “O aprimoramento das instituições e das práticas da condução de política monetária e política fiscal é fundamental. Mas, com certeza, não é na direção em que está encaminhada esta PEC”, advertiu o economista André Lara Resende. Conforme destacou o ex-diretor do BC, o texto da matéria apresenta uma série de riscos e retrocessos que, em sua análise, sugerem um “regresso a uma percepção de autoridade monetária de cem anos atrás”.

Também presente, o senador Alessandro Vieira (MDB/SE) direcionou seus questionamentos à necessidade de uma mudança “tão substancial na Constituição”, uma vez que os defensores da matéria o fazem sob a alegação de garantir “financiamento adequado” para o Banco Central. “Eu me alinho ao desejo de garantia de firmeza orçamentária substancial, existem caminhos para isso, mas continuo com grandes dúvidas em relação à necessidade deste encaminhamento [uma emenda ao texto constitucional]”, ponderou Vieira.

Clique [aqui](#) para ver a audiência pública na íntegra e confira uma análise mais aprofundada sobre a PEC 65/2023 na matéria a seguir.

PRÓXIMOS PASSOS

O SINAL, em parceria com o SinTBacen, o Sindsep e a Anafe, segue dialogando com lideranças da CCJ mesmo durante o período do recesso parlamentar, com vistas a contribuir para uma solução que afaste de vez os riscos presentes na PEC 65/2023. Diante do anúncio de um possível acordo para a retirada da mudança de regime jurídico (empresa pública) do BC, o Sindicato já se prontificou a trabalhar na construção de alternativas.

O SINAL também capitaneia iniciativa que visa promover um seminário no Senado Federal, com a presença de economistas e juristas, para debater a PEC 65/2023.

Acompanhe notícias atualizadas em nossos canais oficiais.

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





ANÁLISE

PEC 65/2023: riscos e implicações

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que trata da independência do Banco Central do Brasil, tem sido um dos temas dominantes do debate econômico no país em 2024, inflamando as discussões e também suscitando críticas de diversas entidades e especialistas, em razão dos sérios riscos que a proposição representa. O alerta parte de vários cantos, a começar pelo SINAL, que, desde o início, buscou reunir e apresentar uma série de argumentos técnicos.

Os defensores da PEC argumentam que a matéria alinharia o BC às práticas de importantes bancos centrais do mundo. Eles sustentam que a autonomia orçamentária e financeira é essencial para garantir a eficiência e independência da instituição.

Para além de uma série de inconsistências, as dúvidas recaem sobre as reais intenções da PEC, uma vez que os principais pontos defendidos por seus apoiadores podem ser solucionados sem alterações à Constituição. Mudanças na estrutura orçamentária e financeira do Banco Central, como é de conhecimento geral, podem ser implementadas por meio de alterações na legislação infraconstitucional existente ou da criação de novas leis, sem necessidade de emenda ao texto da Carta Magna.

Ao manter a estrutura básica do BC dentro do arcabouço constitucional atual, preserva-se a possibilidade de supervisão e controle pelo Congresso e outros órgãos de fiscalização, garantindo o controle democrático. Além disso, evitaria riscos constitucionais. Uma mudança constitucional pode ter implicações de longo prazo não previstas, enquanto alterações infraconstitucionais são mais facilmente reversíveis, se necessário.

Por fim, o alinhamento com práticas internacionais. Muitos países concedem autonomia operacional e financeira aos seus bancos centrais através de legislação ordinária, não necessariamente por meio de disposições constitucionais.

O SINAL defende que essa abordagem permitiria alcançar os objetivos de autonomia orçamentária do BC de forma mais equilibrada, mantendo a instituição dentro da estrutura da administração pública federal e evitando os riscos associados à transformação do BC em uma empresa pública, como proposto pela PEC 65/2023.

Vocalizando a vontade soberana da categoria, o Sindicato é contrário à proposta por várias razões. Em primeiro lugar, o SINAL defende a autonomia do BC, mas não a independência total proposta pela PEC. A principal preocupação é que a matéria poderia submeter o BC aos interesses do mercado financeiro, comprometendo sua função de zelar pela estabilidade econômica e financeira do país.

As dúvidas recaem sobre as reais intenções da PEC, uma vez que os principais pontos defendidos por seus apoiadores podem ser solucionados sem alterações à Constituição.

Outro aspecto que aflige a categoria é que a mudança no regime de contratação dos servidores do BC, passando do estatutário para CLT, geraria preocupações sobre a estabilidade e independência dos funcionários.

O Sindicato não é voz solitária nesse embate. Alinham-se a ele, além de entidades representativas parceiras, especialistas de renome. Paulo Nogueira Batista Jr., economista, ex-diretor-executivo no FMI e conhecido por defender uma política econômica soberana para o país, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, destacou que a PEC agravaria problemas existentes e poderia isolar o BC da Administração Pública, levando a questionamentos no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ressaltou que os problemas do órgão não são puramente técnicos, mas de economia política, e que a política de juros altos praticada no Brasil, que beneficia uma minoria rica, seria reforçada pela PEC.

Ele alerta ainda para o que considera sua preocupação central: a chamada “captura do regulador pelo regulado”. A autonomia proposta pela PEC poderia aumentar a influência dos interesses financeiros privados sobre o BC. A prática das “portas giratórias”, onde altos executivos do mercado financeiro ocupam cargos públicos e depois retornam ao setor privado, exacerbaria esse problema, comprometendo a independência real da Autarquia.

A PEC 65 é criticada também por reduzir a necessidade de prestação de contas do BC. Com a autonomia financeira e orçamentária, a instituição ficaria menos subordinada ao controle democrático e poderia agir com menos transparência. A PEC poderia agravar o déficit democrático do BC, concedendo mais poder à instituição, sem estabelecer mecanismos adequados de responsabilização e transparência, como alerta o economista André Roncaglia, professor da Unifesp.

Como aponta o professor de economia da Unicamp, Pedro Paulo Zahluth Bastos, essa mudança poderia prejudicar funções públicas da Autoridade Monetária, como a estabilização da moeda e a promoção do pleno emprego.

A mudança no regime de contratação dos servidores do BC, passando do estatutário para CLT, geraria preocupações sobre a estabilidade e independência dos funcionários

A retirada do orçamento do BC da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é vista também como um retrocesso por André Lara Resende, um dos idealizadores do Plano Real. Ele argumenta que isso poderia levar a um estímulo perverso: quanto maior a taxa Selic, maior a remuneração do orçamento do BC. Tal medida poderia resultar em uma fragmentação fiscal, onde o orçamento da União se tornaria irrelevante.

A Professora Larissa Naves de Deus Dornelas, do Departamento de Economia da UFPR, aponta para uma compreensão equivocada do conceito de senhoriagem na justificativa da PEC. A proposta ignora que a senhoriagem é uma receita apropriada pelo Estado devido ao seu monopólio na emissão monetária. No contexto brasileiro, onde as reservas bancárias são remuneradas via operações compromissadas, a utilização da senhoriagem como fonte de financiamento do BC poderia criar um incentivo perverso para a manutenção artificial das taxas de juros em patamares elevados, com impactos negativos sobre a economia. Há preocupações de que serviços como o PIX, por exemplo, passem a ser cobrados.

Além disso, a professora ressalta a confusão entre o público e o privado presente na proposta. O Banco Central opera com títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, e suas receitas advêm de

funções públicas essenciais, como a emissão de moeda, a gestão da liquidez da economia e a custódia das reservas internacionais. Transformar o BC em uma empresa pública com autonomia financeira poderia, portanto, comprometer sua missão fundamental de zelar pelo interesse público na condução da política monetária.

As críticas levantadas por economistas e pelo SINAL à PEC 65/2023 antecipam as graves consequências para a economia, para a governabilidade e, ao fim e ao cabo, para a democracia do país, caso a proposta seja aprovada. Seria uma mudança estrutural significativa na governança do Banco Central do Brasil com riscos consideráveis para a política econômica e a estabilidade financeira do país. A autonomia do BC não deve ser perseguida de maneira precipitada, mas com cautela, mantendo-se mecanismos robustos de controle democrático e transparência, para evitar que a instituição se desvie de suas funções públicas essenciais.

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





INDIFERENÇA

foto: Sergio Lima - AFP

Pleitos da categoria não constam na agenda de fim de mandato de Campos Neto

“E junto com a função pública vêm grandes responsabilidades e restrições nada triviais. Assim, roga-se a Campos Neto o mesmo que se espera de todo servidor público: prudência, discrição e impessoalidade”. A afirmação faz parte de editorial publicado em junho pelo Estadão com críticas aos movimentos políticos do presidente do Banco Central, que parece já projetar seus passos após o encerramento do mandato à frente da Autarquia, que expira em 31 de dezembro próximo.

As reprimendas se espalharam por diversos veículos da grande imprensa, tendo como ponto central a presença do chefe da Autoridade Monetária em eventos com lideranças políticas de oposição ao governo num momento de acentuada tensão com o Planalto. Nos bastidores, o nome de Roberto Campos Neto chegou, inclusive, a ser aventado para o cargo de ministro da Fazenda em caso de vitória de uma das chapas que se desenham para as eleições presidenciais de 2026.

O presidente do BC segue piamente a cartilha que, publicamente afirma uma coisa, mas privadamente diz outra. Ao participar de um fórum do Banco Central Europeu (BCE) em Portugal, Campos Neto comentou que, como “banqueiro central”, tem que se distanciar da arena política, mas, além do já citado exemplo, no que se refere à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, ao

ver que precisava se empenhar pessoalmente na aprovação, não encontrou alternativa que não a de abandonar a fantasia de autoridade técnica.

A PEC 65/2023 foi gestada sem aviso prévio aos servidores, sem qualquer debate ou consulta, evidenciando uma desfaçatez inaceitável. Desde o segundo semestre de 2023, período que teve como principal fato a apresentação da matéria no âmbito do Senado Federal, no auge da campanha pela valorização da carreira de Especialista, Campos Neto não mantém diálogo com a categoria, quebrando promessas de comunicação mensal e ampla discussão sobre questões relevantes.

A quebra de promessas acerca de demandas relacionadas ao corpo funcional, inclusive, tem sido a tônica da atual gestão.

A quebra de promessas acerca de demandas relacionadas ao corpo funcional, inclusive, tem sido a tônica da atual gestão. No primeiro semestre de 2022, o presidente do BC enviou ao governo federal uma minuta de projeto para beneficiar os servidores da Casa, mas o retirou poucas horas depois, fato que ficou conhecido como “MP Ioiô”. Em meados do mesmo ano, garantiu que o atendimento à pauta não salarial dos servidores já estava garantido com o governo da época, o que se mostrou falso. Já no primeiro semestre de 2023, a promessa foi de ampliação do diálogo. A recorrente quebra do discurso e os movimentos recentes deixam ainda mais cristalino que as desejadas melhorias para os servidores não encontram espaço na agenda de fim de mandato de Campos Neto.

De volta à PEC 65/2023, o comandante da Autarquia, porém, acreditou, ingenuamente, que sua narrativa era suficientemente convincente para enfiar goela abaixo na sociedade e “tratorar” o processo democrático de discussão no Senado. Rapidamente, suas expectativas se mostraram irreais. A proposta, de pronto, enfrentou resistência significativa, tanto dos servidores quanto de lideranças do Legislativo e do Executivo.

A articulação política de Campos Neto, sem envolver o governo ou os servidores, azedou relações importantes e demonstrou uma falta de respeito também pelas normas protocolares e pela necessidade de um processo transparente. A sociedade não precisa dessa pressa. Qualquer mudança dessa envergadura deve ser discutida com calma, com inúmeras audiências públicas e consultas a especialistas, argumentação que o SINAL defende e reforça junto ao Parlamento.

A proposta, longe de ser boa para o país conforme os termos gestados, representa, na verdade, um risco significativo para a autonomia e a transparência do Banco Central, para os servidores da Autarquia e, por extensão, para a economia e a sociedade brasileira.



INTEGRAÇÃO

Parceria com outras representações garante êxito em temas de interesse do funcionalismo

Reafirmando seu protagonismo como entidade representativa no âmbito do setor público, o SINAL tem papel de destaque em discussões de temas relevantes não apenas relacionados ao Núcleo Financeiro do Estado, mas à classe como um todo, que, conseqüentemente, afetam o dia a dia dos servidores do Banco Central do Brasil. Para isso, o fortalecimento dos diálogos e a construção de parcerias estratégicas com outras representações do setor são elementos sempre presentes na rotina do Sindicato.

Exemplos marcantes nos últimos anos de como a congregação de esforços pode ser bem-sucedida não faltam. Uma das mais notáveis investidas se deu com a vitória sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, conhecida como reforma administrativa, que hoje repousa na pauta da Câmara dos Deputados. Mesmo com a matéria longe dos holofotes, o funcionalismo permanece alerta e pronto a impedir que mais esta tentativa de fragilização do serviço público volte à ordem do dia.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Recentemente, em conjunto com as demais afiliadas ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o SINAL conseguiu impedir a taxaço - por meio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuiço Social sobre Bens e Serviços (CBS) - das entidades fechadas de previdência complementar, como a Fundação de Previdncia Complementar do Servidor Público da União (Funpresp). A disposiço estava prevista no Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024.

Após forte pressão junto aos deputados e articulaço de emendas, houve a supressão, no texto do PLP aprovado pelo Plenário da Câmara, do trecho que estabelecia a cobrança. Nos contatos com os congressistas, as lideranças do setor público alertaram para os impactos de uma eventual cobrança do IBS e da CBS sobre a sustentabilidade das organizaçoes e sobre os valores dos proventos pagos aos servidores e seus pensionistas no futuro. Dentre outros pontos, os representantes das carreiras apontavam que a tentativa de taxaço era incompatível, pois equiparava instituiçoes fechadas de previdncia complementar a instituiçoes financeiras com fins lucrativos.

As atencões agora se voltam ao Senado Federal, onde o PLP 68/2024 será analisado após o recesso parlamentar.

ADIANTAMENTO

Outra importante medida se deu após iniciativa do SINAL levada ao governo federal por intermédio do Fonacate. No último dia 3 de julho, foi publicado o Decreto 12.095, que estabelece “a antecipação parcial da segunda parcela de gratificação natalina e do décimo terceiro salário, relativos ao ano de 2024” aos servidores da administração federal em exercício no Rio Grande do Sul. O normativo alcança também aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdncia Social da União. O pagamento, operacionalizado na folha de julho, corresponderá a 15% do valor da remuneraço, provento ou pensão

Dias antes da edição do referido decreto, as entidades do Fórum haviam encaminhado a demanda ao Ministério da Gestão e da Inovaço em Serviços Púlicos (MGI). Na oportunidade, o Fonacate destacou que, “além de um amparo às famílias no processo de reconstrução de seus lares, a medida mostra-se salutar do ponto de vista econômico-social, uma vez que fomentará o comércio local e, por consequência, a retomada da economia”.

As entidades ainda solicitaram ao MGI, como forma de mitigar os impactos negativos das enchentes no estado, garantindo maior auxílio financeiro aos servidores, providências junto às instituiçoes financeiras públicas federais com vistas à renegociação dos empréstimos consignados em folha.

CPSS

A mobilização pela extinção da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS) de aposentados e pensionistas ganhou um novo instrumento neste ano, com a apresentação da PEC 6/2024, que atualiza o objetivo da PEC 555/2006. A proposta prevê a redução da CPSS de 10% ao ano de contribuição, a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres, sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos de idade.

O dispositivo, conhecido como PEC Social, tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. O SINAL liderou as primeiras visitas de entidades do Fonacate aos gabinetes de lideranças da Casa, nos meses de maio e junho, com o objetivo de levar argumentos favoráveis à aprovação da matéria. Nos encontros, o presidente do Sindicato e vice-presidente do Fórum, Fábio Faiad, ressaltou os avanços em relação à PEC 555/2006, de modo a tornar a PEC 6/2024 mais “palatável” ao Parlamento.

A articulação visa, após a aprovação da matéria no colegiado, garantir o apensamento à PEC 555/2006, que já se encontra pronta para deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados, o que daria maior celeridade à tramitação, sem a necessidade de discussão em uma Comissão Especial da Casa.

O Fonacate e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) levaram o assunto também ao MGI, no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

No Parlamento, além da PEC 6/2024, o Fonacate avalia, junto a lideranças de diferentes siglas, a construção de um novo código previdenciário para o serviço público, iniciativa que contará com o apoio de uma banca de especialistas.

NÚCLEO FINANCEIRO

No bojo da discussão sobre a PEC 65/2023, que trata da independência do Banco Central, ganhou repercussão estudo em curso no Ministério da Fazenda no sentido de uma remodelação nas supervisões dos mercados financeiro, de capitais e regulador. A medida impactaria diretamente o dia a dia do próprio BC, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Sobre o tema, editorial de 24 de julho do jornal Valor Econômico destacou o posicionamento do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que recomenda “uma discussão cuidadosa” e atenção para os “orçamentos do BC e da CVM, que, para ele, devem ficar dentro do federal”.

O SINAL acompanha a repercussão do assunto e busca mais detalhes junto às instâncias competentes, já demonstrando sua disposição para participar de eventuais debates, e levará à deliberação da categoria qualquer inovação que venha a ser definida. O Sindicato vê como positivos movimentos no sentido de aprimorar as instituições que compõem o Núcleo Financeiro do Estado, mas defende uma discussão sóbria, aprofundada e sem atropelos. É importante, ainda, que tudo seja feito às claras, em prol do interesse da coletividade, diferente do expediente utilizado no processo de gestação da PEC 65/2023.

O Sindicato está sempre disponível para a construção de melhorias, tendo por base a defesa dos direitos e prerrogativas do corpo funcional do BC e da higidez da atuação da Autarquia, o que inclui a indispensável submissão do tema à categoria, para deliberação e estabelecimento da posição a ser defendida.

O assunto tem potencial para ensejar mais uma discussão ampla e o diálogo com as representações das demais carreiras do Núcleo Financeiro será, novamente, imprescindível.

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO

